

ATA DE REUNIÃO					
Data	06/09/2022	Horário de Início	15h	Horário de Término	17h
Local	Ambiente Teams				
Participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Exmo. Dr. Ricardo Dal Pizzol (Juiz Assessor da Presidência) • Exma. Dra. Paula Micheletto Cometi (Juíza Assessora da Presidência) • Exma. Dra. Ana Rita de Figueiredo (Juíza Assessora da Presidência) • Exmo. Dr. Felipe Esmanhoto Mateo (Juiz Assessor da Presidência) • Exmo. Dr. Gustavo Santini Teodoro (Juiz Assessor da Corregedoria) • Marco Antônio Lopes (Secretário – STI) • Fabiano Sousa Martins (Diretor – STI) • Jader Alves Rosa (Coordenador – STI) • Fábio Alves do Couto (Supervisor – STI) • Donizete Tadeu Magalhães (Supervisor – STI) • Fabiana Maria Bonachela (Diretora – SJ) • Renata de Carvalho Berni (Diretora – SJ) • Gabriel José de Araújo (Diretor – SJ) • Vanessa Cristina Martiniano (Secretária – SPI) • Carlos Santos Gonçalves (Diretor – SPI) • Nelson Gonçalves Gomes (Coordenador – SPI) • Patrícia Maria Landi (Diretora – DEPLAN) • Emerson Ryuji Takase (Coordenador – DEPLAN) • Ivan Costa Bernardo (Estatístico Judiciário – DEPLAN) • Marcele Leme de Arruda (Estatístico Judiciário – DEPLAN) • Suliene Calefe dos Santos (Secretária – SJ) – Ausência justificada • Deise Donatoni Casado (Supervisora – DEPLAN) – Ausência justificada 				
Pauta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação das atribuições do GPJ-TJSP (Dr. Ricardo Dal Pizzol); 2. Apresentação do status dos Projetos DataJud e Codex (STI); 3. Limpeza da base de dados pela 1ª Instância (SPI); 4. Limpeza da base de dados pela 2ª Instância (SJ e Deplan); 5. Estudo e análise de dados comparativos DataJud, BI-1G e Gerencial de Vara (Deplan). 				

Descrição

O Dr. Ricardo Dal Pizzol, Supervisor do Grupo de Pesquisas Judiciárias – GPJ-TJSP, iniciou a 1ª reunião elencando as atribuições do Grupo (Resolução CNJ nº 462/2022 e Portaria TJSP nº 10.150/2022), de modo a que todos os integrantes tivessem um conhecimento comum do assunto. Na sequência, solicitou a exposição de cada área (STI, SPI, SJ e DEPLAN) frente a esse novo contexto.

Dr. Ricardo Dal Pizzol alertou sobre as disparidades existentes entre os bancos de dados (DATAJUD, BI-1G, SAJ-Est), em particular quanto aos números de processos em andamento,

apontando a necessidade (e cobrança do Exmo. Sr. Presidente, Des. Anafe) de aproximar tais valores; sugerindo, além de correções nas ferramentas do TJSP, o trabalho conjunto com o CNJ para eventuais ajustes nos extratores do DATAJUD. Alertou quanto às consequências negativas dessas divergências, tanto em relação ao processo decisório (e.g. criação de Vara, gratificação por acumulação de acervo), quanto à imagem institucional do TJSP frente à Sociedade.

Em síntese, pontuou as atividades fundamentais do Grupo, para o ano de 2022: Elaboração do Relatório de Atividades e do Planejamento de Atividades para 2023 e a limpeza da base de dados. Para tanto, estabeleceu reuniões bimestrais para que cada área apresente as ações em curso para a consecução da limpeza da base de dados.

Em seguida, a STI expôs o status dos projetos do DATAJUD e da implantação do CODEX no TJSP. Em síntese, o primeiro projeto apresenta atividades: referentes à Resolução CNJ nº 331 e à Portaria CNJ nº 160, concluídas; de correção dos códigos de Classe/Assunto/Movimentação para plena aderência às TPUs, em andamento; e correção do cadastro de *partes* não iniciada. No segundo projeto: os conversores estão instalados; as cargas do Colégio Recursal em produção e do 2º Grau em homologação; e a integração completa das cargas ainda não foram iniciadas.

A SPI perguntou: sobre os códigos de (SAJ)-para (DATAJUD), se são aproveitados no projeto CODEX; e quanto às remessas de dados ao DATAJUD, se os dados do SIVEC estavam incluídos.

A STI respondeu afirmativamente à primeira pergunta, e negativamente à segunda.

O Dr. Pizzol perguntou sobre os motivos das divergências entre os números obtidos pelo CNJ, via DATAJUD, e os obtidos no TJSP pelos sistemas internos.

A STI explicou tratar-se de problemas quanto à base de dados em si, haja vista as operações de saneamento, bem como pela existência de muitos códigos de Classe/Assunto/Movimentação próprios do TJSP que inexistem nas TPUs, exigindo a readequação para a boa qualidade na leitura para obtenção das estatísticas.

O Dr. Gustavo Santini trouxe alguns aspectos Meta Nacional nº 2 (julgar processos mais antigos), ressaltando ser fundamental, para fins da estratégica do TJSP ou para fins da atividade correcional da Unidade Judiciária, que o tratamento dos dados seja uniforme e padronizado, sob pena de divergências inconciliáveis e permanentes. Diante disso, coloca a Corregedoria para colaborar na limpeza da base de dados SAJ, observando as mesmas regras de extrações, garantindo o cumprimento de uma das atribuições do GPJ – consistência e integridade. Sugere ainda, além da

utilização de uma única fonte de dados, a definição clara e precisa dos conceitos da estatística judiciária (e.g. Distribuição), bem como o uso das mesmas ferramentas que a STI dá suporte, no intuito de se evitar diferenças.

A SPI trouxe ao GPJ um histórico dos vários saneamentos no TJSP:

- em lotes, realizados no passado recente, desde 2014 até 2021, todos com os respectivos Comunicados às Unidades Judiciárias – em princípio, os Processos Cíveis eram alterados para a Situação SAJ “arquivado”, enquanto os Criminais passavam à situação “suspenso”. Embora tenha ocorrido um saneamento de Processos Criminais para correção de Classe – apresentaram o recebimento da denúncia, mas não tiveram evolução de Classe – a SPI verifica que a cada ano surgem novos Processos nessa condição, exigindo novos ciclos de saneamento;
- feitos *in loco*, pelas próprias Unidades Judiciárias, mediante utilização de movimentações específicas dessa finalidade (mediante três Comunicados em 2019 e um em 2020);
- realizados em Unidades específicas (relatórios em expedientes CPA);
- em andamento, na Vara de Execução Fiscal Municipal da Capital (CPA nº 2022/060.871).

Por fim, listou uma série de propostas a serem realizadas: cinco novos saneamentos, com diferentes contornos; um curso/workshop de correta utilização das Movimentações; grupo de trabalho operacional para definir procedimentos em casos específicos; alteração no menu de “Assuntos” para impedir a seleção de assuntos genéricos.

Dra. Ana Rita perguntou sobre a metodologia das operações de saneamento, isto é, se seria a mesma adotada anteriormente. A SPI respondeu afirmativamente.

A SPI lembrou que os códigos de saneamento utilizados no SAJ foram informados ao DATAJUD/CNJ como equivalentes às movimentações de arquivamento. Ao que o Dr. Gustavo alertou para a necessidade de que houvesse o devido paralelismo, a fim de evitar novas divergências de dados, embora os processos envolvidos serem os mesmos.

A Dra. Ana Rita lembrou de que muitas vezes, sem prejuízo da estatística padrão, as áreas de negócio devem demandar a STI por outras visões de interesse ou de leituras diferentes do requerido pelo CNJ, restando importante a transparência da informação.

Nesse diapasão, a SPI relatou uma nova frente de trabalho a iniciar-se: conhecimento da parametrização que está no Gerencial da Vara, que hoje não é transparente.

O Dr. Pizzol sugeriu reuniões tático-operacionais para tratar das propostas trazidas pela SPI, tendo em vista agilizar as eventuais deliberações.

A SJ, em conjunto com a DEPLAN, apresentou o projeto de saneamento da base de dados do 2º Grau, em função dos dados presente no DATAJUD, haja vista o risco de inconsistências nos resultados divulgados pelo CNJ. A DEPLAN contribuirá no comparativo dos dados, identificando as diferenças e possíveis correções a serem tomadas.

A DEPLAN relatou o histórico recente das atividades de atualização dos parâmetros de Classe/Assunto/Movimentação do BI-1G, estando a ferramenta mais aderente à Resolução CNJ nº 76/2009 e às TPUs, com a chancela da SPI que trabalhou na fase de revisão dos códigos. Não obstante, pontuou duas lacunas a serem preenchidas para conferir abrangência e precisão da estatística produzida: a leitura dos dados dos Processos SIVEC (em fase de migração) e a quantificação das variáveis de Execução (atualmente fornecidas pelo MovJud).

Em seguida, apresentou dois trabalhos comparativos entre os dados apurados pelo DATAJUD e pelo BI-1G.

O primeiro comparativo apontava diferença considerável nos números de “Casos Novos”, isto é, o BI-1G número maior do que o DATAJUD, levantando dúvidas quanto “o que ou como o DATAJUD está lendo”. O segundo comparativo desceu ao nível de Unidades Judiciárias, verificando situação inversa quanto ao número de “Casos Pendentes”.

Em relação ao comentado anteriormente (Dra. Ana Rita e Dr. Gustavo Santini), a DEPLAN sugere a criação de um “**manual de parametrização**”, onde todo o regramento e os códigos estivessem presentes para consulta, de acordo com cada finalidade.

Por fim, destacou a importância em realizar revisões anuais dos parâmetros das ferramentas de extração de dados, evitando a realização de estudos e a tomada de decisões fundamentadas em dados desatualizados.

Retomando a palavra, o Dr. Ricardo Dal Pizzol trouxe o item 68, da Ata de Inspeção CNJ, em que determina à Presidência do TJSP a consolidação dos dados estatísticos processuais mediante o fortalecimento dos projetos de BI pela DEPLAN.

Decisão

1. marcada para novembro/2022 a 2ª Reunião do GPJ – prestação de contas;
2. marcada para fevereiro/2023 a 3ª Reunião do GPJ – elaboração do Relatório de Atividades;
3. A SPI deverá refinar as soluções elencadas para fins de deliberação numa reunião específica.

(Nada mais, eu, Emerson Ryuji Takase, Coordenadoria de Análise Estatística, minutei a presente Ata a qual foi conferida pela Diretora da DEPLAN – Sra. Patrícia Maria Landi da Silva Bastos e aprovada pelo Supervisor do GPJ – Exmo. Sr. Juiz Assessor da Presidência, Dr. Ricardo Dal Pizzol).

